



Câmara Municipal de Três Corações
"Terra do Rei Pelé"

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 08/2024
(DISPENSA ELETRÔNICA)**

ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

ART. Nº 63 e 65 da Resolução Nº 8/2023

(Portaria Nº 116/2023)

EXTRATO	
PROCESSO Nº	035/2024
MODALIDADE, Nº	DISPENSA ELETRONICA 003/2024
TIPO	Menor Valor (Global)
OBJETO	Registro de preços (SRP) para aquisições futuras e eventuais de Material de Limpeza e Higiene, destinados a suprir as necessidades básicas da Câmara Municipal de Três Corações/MG.
DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	Dia: 11 de junho de 2024 . Horário: 11h58min (onze horas e cinquenta e oito minutos).
DATA E HORÁRIOS DOS LANCES	Dia: 11 de junho de 2024 . Horário: 11h59min às 17h59min (onze horas e cinquenta e nove minutos às dezessete horas e cinquenta e nove minutos).
LINK PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br
MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	Exclusiva para M.E., E.P.P e Equiparados.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	001.001.002.01.03100522009.3390300000 Fonte: 15000000000
REFERÊNCIA DE TEMPO.	Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.
CONTATO E INFORMAÇÕES	Rodrigo Gomes da Conceição Agente de Contratação Telefone (35) 3239-1500 / 3239-1520 licitacao@camaratc.mg.gov.br



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO.....	2
2. DO OBJETO.....	2
3. REGISTRO DE PREÇOS.....	3
4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	3
5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS.....	5
6. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	5
7. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:.....	6
8. FASE DE LANCES:.....	7
9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.....	8
10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	10
11. CONTRATAÇÃO.....	11
12. SANÇÕES.....	12
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	12
14. DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE:.....	13
ANEXO I - Termo de Referência.....	13
ANEXO II - Formulário Padronizado de Proposta de Preços.....	25
ANEXO III - Anexo Termo (se for o caso).....	26
ANEXO IV - Modelo Declaração de M.E., E.P.P.....	28
ANEXO V - Modelo Declaração Não Enquadram. Vedações art.178 LOM e Art 14 da LEI 14.133/21.....	29
ANEXO VI - Minuta Ata de Registro de Preços.....	30

1. PREÂMBULO

A **Câmara Municipal de Três Corações/MG (CMTC/MG)**, inscrita no CNPJ sob nº 25.641.200/0001-54, por meio de seu Presidente, torna público, para o conhecimento dos interessados, o AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, por **DISPENSA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **MENOR VALOR (GLOBAL)**, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Resolução nº 8, de 31 de março de 2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas cláusulas e condições constantes neste aviso e seus anexos e demais legislações pertinentes ao objeto, com o intuito de obter propostas adicionais a serem apresentadas nas datas e horários a seguir designados:

Data da sessão: 11 de junho de 2024.

Horário da Fase de Lances: 11h59min às 17h59min (onze horas e cinquenta e nove minutos às dezessete horas e cinquenta e nove minutos).

Link: www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: Menor Valor (Global)

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente processo o Registro de preços (SRP) para Aquisições futuras e eventuais de Material de Limpeza e Higiene, destinados a suprir as necessidades básicas da Câmara Municipal de Três Corações/MG, por modalidade de Dispensa de Licitação para contratação direta, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

2.1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

2.2. Integram o presente Aviso os seguintes Anexos:

I. Termo de Referência;

II. Formulário Padronizado de Propostas de Preços;

III. Anexo Termo (se for o caso):

A) DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO III DO ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

B) DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

C) DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO XI DO ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

IV. Modelo Declaração de M.E., E.P.P

V. Modelo Declaração Não Enquadram. Vedações art.178 LOM e Art 14 da LEI 14.133/21

VI. Minuta Ata de Registro de Preços

3. REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e aos detentores, bem como a eventuais adesões são as que constam da Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo VI).

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O **valor máximo** estimado da contratação para o fornecimento é de **R\$ 24.078,95 (vinte e quatro mil e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)**, já previsto com uma margem de segurança para o exercício de 2024, em caso de valores apresentados superiores ao estimado, deverá se adequar dentro desse valor apresentado.

4.2. A especificação do(s) item(ns) a ser(em) contratado(s), conforme quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QNT	UND	R\$ UNT	R\$ TOTAL
01	Água sanitária a base de hipoclorito de sódio com teor ativo mínimo de 2,5% embalado em garrafas plásticas resistente de 1000ml cada, com tampa de fácil vedação, com registro no ministério da saúde.	200	Litros	3,65	730,00
02	Álcool etílico hidratado 46%, para limpeza de superfícies e utensílios, bem como antisséptico e desinfetante, em embalagem de 01 litro.	150	Unid	9,80	1.470,00
03	Aromatizador de ambiente spray de 360ml com fragrância perfumada elimina odores.	100	Unid	14,90	1.490,00
04	Balde de plástico de 10 litros com alça	05	Unid	10,90	54,50
05	Balde de plástico de 20 litros com alça	05	Unid	23,90	119,50
06	Desentupidor de pia em Plástico	3	Unid	7,90	23,70
07	Desentupidor Manual Tipo Bomba para vasos e pias	3	Unid	129,00	387,00
08	Desinfetante de lavanda em embalagem de 2 litros	100	Frascos	5,95	595,00
09	Detergente líquido neutro, frasco com 500ml	50	Unid	2,35	117,50
10	Espanador de pena 32 cm	10	Unid	36,80	368,00



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

11	Esponja para cozinha dupla face em espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com abrasivo, embalagem plástica com uma unidade.	50	Unid	1,25	62,50
12	Guardanapo de papel folha dupla descartável de medidas mínimas 20x23cm pacote com 50 unidades	200	Pacotes	1,85	370,00
13	Multi inseticida, frasco aerossol de 300ml, com trava de segurança que usa água como solvente, eficaz contra moscas, mosquitos, baratas, mosquito da dengue e de composição mínima Deltamethrina, D Tetrametrina e Permetrina	100	Unid	12,90	1.290,00
14	Produto de limpeza multiuso, frasco de 500ml aroma lavanda. Composição mínima: alquil benzeno sulfato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvante, sequestrante e água.	100	Unid	3,75	375,00
15	Mascara PFF1 com válvula feltro azul, descartável kn, dobrável sem manutenção com válvula de exalação, Fabricada com material de não tecido, parte externa de não tecido cor azul tratada com material para não absorção de fluidos. Tratamento antialérgico interno. Fixação por cinta elástica deslizante e um clipe metálico para selagem sobre o septo nasal. Conforme norma NBR 13698. Caixa com 100 unidade	15	Caixa	136,90	2.053,50
16	Papel higiênico, neutro, folha dupla de alta qualidade, picotado, texturizado, 100% fibra celulósica natural, em fardo com 16 pacotes de 04 rolos cada, medindo 30 metros por 10 centímetros. Referência: Neve, Personal, cotton, ou equivalente	60	Fardo	132,00	7.920,00
17	Papel toalha interfolhada simples, com três dobras, mínimo de 100% celulose virgem, branco, embalagem contendo 1.000 folhas com medidas de 23x22cm	150	Pacotes	18,49	2,773,50
18	Rodo com espuma dupla face	5	Unid	14,90	74,50
19	Rodo de 40cm com cabo de 1,60	10	Unid	14,90	149,00
20	Sabonete liquido comum neutro, fragrâncias variadas, embalagem de 01 litro	60	Frascos	14,90	894,00
21	Saco plástico para coleta de lixo, capacidade de 100 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Rolo com no minimo 15 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/ 9191/13055 / 13056	30	Unid	12,90	387,00
22	Saco plástico para coleta de lixo, capacidade de 50 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Rolo com no minimo 30 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/ 9191/13055 / 13056	20	Unid	12,90	258,00
23	Saco plástico para coleta de lixo, capacidade de 15 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Rolo com no minimo 60 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/ 9191/13055 / 13056	5	Unid	12,90	64,50
24	Solupan Galão de 5 litros	5	Frasco	109,50	547,50



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

25	Vassoura de piaçava	10	Unid	22,90	229,00
26	Vassoura sanitária	10	Unid	9,90	99,00
27	Vassoura anti teia de aranha com cabo de metal extensível 3 metros	05	Unid	49,80	249,00
28	Pano perfex multiuso 30x300gr 40 mrplus 600 panos bobina	05	Unid	179,80	899,00
29	Suporte Coador de café, plástico tamanho 103.	5	Unid	5,75	28,75

5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

5.1. Os pedidos de esclarecimento referente a esta Dispensa Eletrônica de Licitação deverão ser enviados na forma eletrônica no campo indicado no Portal de Compras Públicas, à partir da data da publicação deste Aviso.

6. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

6.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.

6.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

6.1.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (PORTAL DO COMPRAS PÚBLICAS), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.1.4. Os interessados em se credenciar no Portal do Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

6.1.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.2. A Contratação Direta será conduzida pela Câmara Municipal de Três Corações com apoio técnico e operacional do Portal do Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6.3. Poderão oferecer proposta de preços todos os interessados do ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação que preencham as condições constantes deste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos.

6.4. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e documentação, bem como do cadastro junto ao Portal de Compras Públicas.

6.5. Não serão admitidas nesta dispensa de licitação a participação de empresas:

6.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

6.5.2. concordatárias, ou que estejam submetidas a processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

6.5.3. que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

6.5.4. que estejam reunidas em consócio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.5.5. estrangeiras que não tenham representação ou filial no País.

7. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

7.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

7.2. O licitante interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

7.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2.2. A proposta, deverá estar em papel timbrado, constando endereço, CNPJ, assinada, com todas as especificações descritas neste Aviso e no Termo de Referência ANEXO I.

7.2.3. Se a proposta estiver assinada por procurador, enviar cópia da procuração que concede tais poderes e ainda cópia de documentos do outorgado.

7.2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.2.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

7.2.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.2.5. **Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da abertura desta Dispensa de Licitação.

7.2.6. Preço unitário e total das propostas, conforme Termo de Referência, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, incluindo todas as despesas tais como: impostos, taxas, mão-de-obra, seguro, transporte e quaisquer outras que forem devidas relativas aos serviços contratados.

7.2.7. Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.2.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

7.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.4. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os fornecimentos nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. As empresas que apresentarem propostas comprovadamente inexequíveis terão suas propostas desclassificadas.

7.7. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;**

7.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "*sim*" ou "*não*" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

7.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.8.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

7.8.2.1. a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.8.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.8.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

7.8.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

7.8.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8. FASE DE LANCES:

8.1. A partir do horário e data estabelecida neste Aviso (item 1.), a sessão pública será iniciada pelo Agente de Contratação terá início o envio de lances públicos e sucessivos após a previa análise das propostas cadastradas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

8.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global, considerando os valores unitários dos itens de acordo com quadro descritivo do item 4.2. deste Aviso.

8.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.3.1. O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao menor lance, desde que inferiores ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso.

8.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,05 (cinco centavos).

8.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.6. Durante o procedimento, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

8.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

9.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

9.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima ou igual ao estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

9.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, **devendo ficar abaixo do valor máximo estimado neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos**, respeitando o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, conforme item 8.3.2.

9.3. Permanecendo a proposta com o valor acima ou igual ao máximo estimado, esta será desclassificada e a justificativa inserida em campo próprio exclusivamente por meio do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br.

9.3.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima ou igual ao do preço máximo definido para a contratação.

9.3.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.



Câmara Municipal de Três Corações *"Terra do Rei Pelé"*

9.4. Estando o preço compatível com o especificado nesta Aviso e seus anexos, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance (conforme modelo Anexo II) e, se necessário, de documentos complementares.

9.4.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (Sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.4.2. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1. contiver vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus anexos;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem iguais ou acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus anexos, desde que insanável.

9.5.6. Não indiquem expressamente a marca/modelo, conforme especificações do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, apresentado no Formulário Padronizado de Propostas de Preços (Anexo II) ou que abram margem para dúvida ou dupla interpretação.

9.5.7. Não apresentem todos os itens constantes no quadro, conforme especificações do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

9.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.

9.8.1. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.8.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.8.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

9.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, constantes no item 8.1. do Termo de Referência, anexo I deste Aviso serão solicitados do licitante mais bem classificado da fase de lances.

10.1.1. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

10.1.2. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

10.1.3. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

10.1.4. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

10.1.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto anteriormente, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

10.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

10.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando solicitado.

10.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

10.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

10.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

10.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

11. CONTRATAÇÃO

11.1. Após a autorização pelo ordenador de despesas, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/ Ata de Registro de Preços), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

11.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

12. SANÇÕES

12.1. As sanções correspondentes para deste processo de licitação encontra-se especificadas no item 12. do Termo de Referência (Anexo I).

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

13.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- c) No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- d) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3. As providências dos subitens a) e b) acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

13.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

13.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

13.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

13.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

13.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

14. DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Aprovo o presente aviso e seus anexos, por satisfazer os requisitos atinentes ao objeto solicitado na requisição e respectiva justificativa, conforme documentos inclusos no processo licitatório, bem como por atender as exigências legais e regulamentares concernentes a esta licitação.

Três Corações/MG, 03 de junho de 2024.

JOSE MARIA DE LACERDA
PRESIDENTE
Ordenador de Despesas

ANEXO I

Processo 035/2024
Dispensa Eletrônica 003/2024
Tipo: Menor Valor Global.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa para a Aquisição de Material de Limpeza e Higiene, destinados a suprir as necessidades básicas da Câmara Municipal de Três Corações/MG.

1.2. A especificação do objeto a ser contratado, conforme quadro abaixo:

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	Água sanitária a base de hipoclorito de sodio com teor ativo minimo de 2,5% embalado em garrafas plasticas resistente de 1000ml cada, com tampa de fácil vedação, com registro no ministerio da saúde.	200	Litros



02	Álcool etílico hidratado 46%, para limpeza de superfícies e utensílios, bem como antisséptico e desinfetante, em embalagem de 01 litro.	150	Unid
03	Aromatizador de ambiente spray de 360ml com fragrância perfumada elimina odores.	100	Unid
04	Balde de plástico de 10 litros com alça	05	Unid
05	Balde de plástico de 20 litros com alça	05	Unid
06	Desentupidor de pia em Plástico	3	Unid
07	Desentupidor Manual Tipo Bomba para vasos e pias	3	Unid
08	Desinfetante de lavanda em embalagem de 2 litros	100	Frascos
09	Detergente líquido neutro, frasco com 500ml	50	Unid
10	Espanador de pena 32 cm	10	Unid
11	Espanja para cozinha dupla face em espuma de poliuretano com bactericida e fibra sintética com abrasivo, embalagem plástica com uma unidade.	50	Unid
12	Guardanapo de papel folha dupla descartável de medidas mínimas 20x23cm pacote com 50 unidades	200	Pacotes
13	Multi inseticida, frasco aerossol de 300ml, com trava de segurança que usa água como solvente, eficaz contra moscas, mosquitos, baratas, mosquito da dengue e de composição mínima Deltatrina, D Tetrametrina e Permetrina	100	Unid
14	Produto de limpeza multiuso, frasco de 500ml aroma lavanda. Composição mínima: alquil benzeno sulfato de sódio, álcool etoxilado, coadjuvante, sequestrante e água.	100	Unid
15	Mascara PFF1 com válvula feltro azul, descartável kns, dobrável sem manutenção com válvula de exalação, Fabricada com material de não tecido, parte externa de não tecido cor azul tratada com material para não absorção de fluidos. Tratamento antialérgico interno. Fixação por cinta elástica deslizante e um clipe metálico para selagem sobre o septo nasal. Conforme norma NBR 13698. Caixa com 100 unidade	15	Caixa
16	Papel higiênico, neutro, folha dupla de alta qualidade, picotado, texturizado, 100% fibra celulósica natural, em fardo com 16 pacotes de 04 rolos cada, medindo 30	60	Fardo



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

	metros por 10 centímetros. Referência: Neve, Personal, cotton, ou equivalente		
17	Papel toalha interfolhada simples, com três dobras, mínimo de 100% celulose virgem, branco, embalagem contendo 1.000 folhas com medidas de 23x22cm	150	Pacotes
18	Rodo com espuma dupla face	5	Unid
19	Rodo de 40cm com cabo de 1,60	10	Unid
20	Sabonete liquido comum neutro, fragrâncias variadas, embalagem de 01 litro	60	Frascos
21	Saco plástico para coleta de lixo, capacidade de 100 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Rolo com no minimo 15 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/ 9191/13055 / 13056	30	Unid
22	Saco plástico para coleta de lixo, capacidade de 50 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Rolo com no minimo 30 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/ 9191/13055 / 13056	20	Unid
23	Saco plástico para coleta de lixo, capacidade de 15 litros, 10 micras, cor preta, de alta resistência e qualidade. Rolo com no minimo 60 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/ 9191/13055 / 13056	5	Unid
24	Solupan Galão de 5 litros	5	Frasco
25	Vassoura de piaçava	10	Unid
26	Vassoura sanitária	10	Unid
27	Vassoura anti teia de aranha com cabo de metal extensível 3 metros	05	Unid
28	Pano perfex multiuso 30x300gr 40 mrplus 600 panos bobina	05	Unid
29	Suporte Coador de café, plástico tamanho 103.	5	Unid

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

A presente justificativa tem como objetivo atender o dispositivo legal que respalde a contratação por dispensa conforme art. 75, II da Lei 14.133/2021, visando suprir a demanda de produtos de limpeza e Higiene para não prejudicar o bom andamento dos trabalhos legislativos desta Câmara Municipal.

Cumpre destacar que trata-se de contratação que ocorre de forma permanente ao longo dos anos, logo, reflete uma necessidade de natureza continuada da Administração.

Todavia, diante do dever de planejamento trazido pela Lei 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – que também prevê a possibilidade de contratos plurianuais, bem como a recente alteração na Lei Orgânica do Município que prevê o aumento do número de Vereadores e, conseqüentemente, Assessores para a próxima legislatura, fez-se necessário uma reavaliação dos quantitativos e do planejamento inicialmente previsto para o mesmo objeto.

Ademais, o contrato anterior findou-se no ano de 2023 e, em razão de problemas de ordem técnica (troca do sistema de gestão da Câmara), os esforços foram empreendidos no processo de migração, implantação e treinamento de pessoal para a utilização do novo sistema de gestão, o que também comprometeu o início do processo licitatório.

Muito embora seja possível a realização da dispensa do art. 75, IV, "e" da Lei 14.133/2021, temos que a dispensa de licitação do art. 75, II se mostra mais adequada e mais transparente, inclusive porque permite o envio de propostas complementares no prazo de 3 (três) dias úteis e, por consequência lógica, atende ao princípio da competitividade e da vantajosidade.

Além disso, os quantitativos constantes da presente formalização de demanda são apenas aqueles necessários para atender um curto espaço de tempo que compreende o planejamento adequado do futuro contrato e a finalização do processo licitatório.

A par das referências de preços obtidas a partir dos custos de contratações semelhantes constantes do PNCP, temos que o valor limite se enquadra nos moldes do art. 75, II da Lei 14.133/2021.

Informa ainda que no exercício financeiro de 2024 ainda não foram adquiridos produtos dentro do mesmo "ramo de atividade" pela Câmara Municipal por meio de contratação direta, logo, não há riscos de fracionamento de despesas.

Por fim, a contratação por dispensa se destina a dar condições à Câmara Municipal para se programar e realizar, o adequado planejamento e até mesmo uma abertura de um processo de pregão para a aquisição de outros Materiais de Limpeza e Higiene caso for necessário neste exercício de 2024, para garantir o bom funcionamento desta Casa Legislativa.

2.2. ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇOS COMUNS:

I) Trata-se de fornecimento de Material de Limpeza e Higiene cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no termo de referência por meio de especificações usuais no mercado.

2.3. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO:

I) O fornecimento de Material de Limpeza e Higiene supramencionado tem como objetivo mantê-lo sua natureza por compra de acordo com Art. 75, II da Lei 14.133/2021 para atender a demanda e necessidade da Câmara Municipal.

II) Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípuo da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

"Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e



Câmara Municipal de Três Corações "Terra do Rei Pelé"

satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração."

"Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexequíveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração."

(grifou-se) A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos. O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

III) Neste sentido, esclarecemos que nossa análise aponta para o **NÃO PARCELAMENTO** do objeto. Uma vez que quando reparamos o conjunto de aquisições (compras) especificadas neste termo, as compras



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021). Cabe ressaltar que este objeto não é viável o parcelamento de itens, ou seja, não podendo ser executada de forma independente. Por exemplo, não é viável uma empresa vir e fornecer o detergente e outra o desinfetante ou álcool, isso deve estar sob a mesma responsabilidade de entrega ou execução como etapas interligadas e não isoladas. Uma vez que os produtos deverão ser entregues pela a mesma empresa, para que não haja falha ou problema na entrega, pois devido a falta no estoque, buscamos o menor preço global, para execução do grupo (itens) de maior representatividade no orçamento, sendo assim não se comprova no caso em tela, pelas medidas adotadas pela administração que técnica e econômica viável na vantajosidade de tal parcelamento.

2.4. **JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:**

I) A presente aquisição dos produtos relacionados deverá ser realizada por dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021 - NLL, em face de reposição do estoque dos produtos relacionados e deve-se acrescentar ainda a inexistência de dotação orçamentária quando do encerramento do contrato de fornecimento vigente à época. Os novos procedimentos trazidos pela NLL e a transição e capacitação de pessoal para a aquisição mediante procedimento legal (pregão) acarretou a presente contratação com amparo no dispositivo supracitado.

II) A Câmara Municipal de Três Corações/MG, justificar a grande necessidade da obtenção de Material de limpeza e Higiene, tendo em vista a garantia de manter a limpeza no prédio e o atendimento de materiais de higiene, entre outros, visando atender as necessidades rotineiras da Câmara Municipal, assim como possíveis reuniões com autoridades, Audiências, servir aos funcionários e etc....

III) Considerando, que a Câmara Municipal de Três Corações/MG, busca dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades organizacionais, na obtenção de Material de Limpeza e Higiene para o desenvolvimento das atividades;

IV) Tendo como base o Princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essenciais ou necessárias aos administrados, entendeu-se que a aquisição do objeto deste Termo de Referência é imprescindível para manutenção das atividades diárias desenvolvidas pela Câmara Municipal;

V) No que se refere ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada para o exercício de 2024, suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão dos Materiais de Limpeza e Higiene ofertados, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda;

2.5. **DISPENSA DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Nos termos do art. 43, I da Resolução Nº 8/2023, nos casos de dispensa de licitação do art. 75, II da lei 14.133/2021 a elaboração de Estudo Técnico Preliminar é facultativa. Ademais, trata-se de aquisição de itens comuns e normalmente adquiridos pela Câmara e por vários outros órgãos. Por fim, não se vislumbra a necessidade de análise da viabilidade técnica e econômica do objeto vez que não existem outras alternativas para suprir a necessidade tecnicamente viáveis e os valores de mercado podem ser objetivamente estimados.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O fornecimento dos MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE (quadro itens 1.2), deverá ocorrer no horário de 08 às 18 horas, de segunda a sexta feira, com exceção a feriados, na sede da Câmara Municipal, definidas pela Diretoria requisitante, conforme cronograma de entrega definido, no prazo de 15 (quinze) dias, sendo prorrogável mediante solicitação por escrito e justificativa pela empresa contratada, após a emissão de nota de empenho e/ou documento equivalente, e será acompanhada por fiscal designado especialmente para tal fim, o qual será responsável pelo atesto do ato;

3.2. Os produtos serão entregues de acordo com as demandas necessárias da Câmara Municipal de Três Corações/MG para atender o estoque do almoxarifado, quando solicitado pela Contratada deverá ser entregues de segunda a sexta, sendo uma no período da manhã (até às 11h) e outra no período da tarde



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

(até às 18h), conforme solicitação dos servidores responsáveis indicados, em conjunto com a Diretoria Administrativa.

3.3. O fornecimento, serão objeto de inspeção, que será realizada por servidor designado pela Diretoria requisitante;

3.4. Após comprovado a entrega, pelo atesto do fiscal designado, receberá e atestará as respectivas Notas Fiscais, encaminhando-as em ato contínuo ao setor financeiro da Câmara Municipal de Três Corações/MG, para pagamento.

3.5. Caso os Materiais de Limpeza e Higiene, não satisfaçam às especificações exigidas, não serão aceitos, devendo ser retirados pela CONTRATADA, por sua conta e risco, imediato, contados da notificação encaminhada pelo CONTRATANTE.

3.6. As condições gerais para o fornecimento de Material de Limpeza e Higiene devem obedecer às normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria.

3.7. Não se caracterizam como descontinuidade dos serviços de fornecimento de Materiais de Limpeza e Higiene a sua interrupção em situação de emergência ou, após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança.

3.8. A empresa contratada emitirá nota fiscal dos fornecimentos de Materiais de Limpeza e Higiene, objeto desta contratação, com base no valor da proposta apresentada ao setor responsável da Câmara Municipal de Três Corações/MG.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade:

l) Os critérios exigidos para o fornecimento de Materiais de Limpeza e Higiene, objeto deste termo de referência devem ser atendidos de acordo com os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas normas e regulamentos específicos para o fornecimento de Materiais de Limpeza e Higiene pela empresa contratada.

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos:

l) A indicação de marcas ou modelos para o objeto desta contratação que, deverá ser oferecido pela Contratada produtos com marcas ou modelos de qualidade a contratante.

4.3. Subcontratação:

l) Não se aplica a especificação para subcontratação para o objeto desta contratação.

4.4. Garantia da contratação:

l) Nos casos de sinais externos de avaria de transporte, aspecto impróprio, data de validade próxima ao seu vencimento e a falta de especificações referentes à origem do produto, verificada, na inspeção dos mesmos pelo fiscal do contrato, a empresa deverá promover a troca no prazo máximo de 2 (dois) dias no caso de Material de Limpeza e Higiene a contar da comunicação realizada pelo fiscal contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O modelo de execução dos serviços objeto desta contratação está descrito no item 3.1. deste termo de referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

l) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

II) As comunicações entre o órgão (Câmara Municipal) e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

III) O órgão (Câmara Municipal) poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

IV) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão (Câmara Municipal) poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1. Da Gestão e Fiscalização do Contrato:

I) A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais destes, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021.

II) Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução Nº 37/2023, nos termos da Lei 14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Três Corações/MG e tudo o mais que for necessário visando ao adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

III) As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

IV) A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

V) Cabe à fiscalização do contrato acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto de recebimento para fins de liquidação e pagamento.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

I) Prazo para fornecimento dos Materiais de Limpeza e Higiene será de até 05 dias após a aprovação da proposta.

II) O recebimento provisório será mediante o registro de recebimento na Câmara Municipal de Três Corações/MG, após o recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

III) O recebimento definitivo será mediante recibo, até a data de vencimento da fatura ou boleto, corridos após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

IV) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

V) O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

VI) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

I) Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo para fins de liquidação, na forma desta seção, de acordo com as normas e regulamentos internos da Diretoria Financeira da Câmara Municipal de Três Corações/MG.

II) Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de vencimento;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

III) Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

IV) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF, se for o caso, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Prazo de pagamento

I) O pagamento será efetuado no prazo de vencimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, de acordo com as normas e regulamentos internos da Diretoria Financeira da Câmara Municipal de Três Corações/MG.

II) No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = **0,00016438**, assim apurado:

I = (TX/100)/365.

I = (6/100)/365

Em que **TX** = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

7.4. Forma de pagamento

I) A Nota Fiscal deverá ser entregue no ato da prestação de serviços com da data do vencimento, sendo que, o vencimento com no mínimo 5 (cinco) dias úteis.

II) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado até o vencimento da nota, condicionado à apresentação dos seguintes documentos, em vigor:



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

- a) nota fiscal do produto/serviço, devidamente atestada pela fiscalização competente da Câmara Municipal de Três Corações/MG, e anexada ao processo;
 - b) certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
 - c) certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- III) A CONTRATADA obriga-se a realizar e manter atualizados as certidões nos órgãos oficiais competentes.
- IV) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- V) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- VI) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- VII) O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.
- VIII) No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Antecipação de pagamento

- I) Não se aplica a antecipação de pagamento para o objeto desta contratação.

7.6. Cessão de crédito

- I) Não se aplica a cessão de crédito para o objeto desta contratação.

7.7. Reajuste de valores

- I) Não se aplica reajuste de valores para o objeto desta contratação.

7.8. Alteração subjetiva

- I) Não se aplica alteração subjetiva para o objeto desta contratação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. Para fins de habilitação na presente contratação, serão exigidos os seguintes documentos:

8.2. Habilitação jurídica

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) provas de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)**;



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

- b) prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de **regularidade com as fazendas públicas estadual e municipal** da sede do proponente;
- d) prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- e) prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.5. Declarações

- a) Declaração de que as propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas conforme trata o art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021. (conforme Anexo II)
- b) Declaração de não enquadramento nas vedações do art. 178 da LOM e do art. 14 da Lei nº 14.133/2021. (conforme Modelo - Anexo V)
- c) Declaração de enquadramento como ME, EPP ou MEI. (conforme Modelo - Anexo IV)

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

9.1. OBRIGAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES/MG:

9.2. A Câmara Municipal obriga-se a:

- I) Solicitar o fornecimento do objeto em conformidade com suas necessidades durante o período da vigência do contrato ou instrumento equivalente através de autorização de fornecimento (A.F.) devidamente datado e assinada pelos seus responsáveis;
- II) Receber provisoriamente e definitivamente o serviço de acordo com objeto e nos termos deste documento;
- III) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- IV) Acompanhar e fiscalizar, por meio de um representante da Administração especialmente designado, o fornecimento do objeto deste processo de licitação, que deverá rejeitar, total ou parcialmente o recebimento, devendo apontar as irregularidades apuradas em documento próprio, formalizado, datado e assinado;
- V) Repassar as informações necessárias a Fornecedor registrada/Contratada para o correto fornecimento ou prestação do objeto;
- VI) Notificar a Fornecedor registrada/Contratada fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades no fornecimento ou prestação do objeto contratado;
- VII) Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no termo de referência;
- VIII) Paralisar ou suspender a qualquer tempo o fornecimento ou prestação do objeto contratado, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo pelos já fornecidos;
- IX) A Câmara Municipal de Três Corações/MG não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da adjudicatária, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

9.3. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA REGISTRADA/CONTRATADA:

9.3.1. Do Prazo de Entrega:

a) O prazo para entrega do fornecimento dos Materiais de Limpeza e Higiene deverá estar em acordo com o especificado no item 7. neste termo de referência,

9.3.2. Das Demais Obrigações:

9.3.3. A Fornecedor registrada/Contratada obriga-se a:

I) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

II) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato de fornecimento;

III) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento dos fiscais do contratante.

IV) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados.

V) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

VI) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na conclusão do fornecimento do objeto adjudicado;

VII) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

VIII) Atender as solicitações da administração inerentes ao objeto da presente contratação, executando-as, quando for o caso, no prazo e tempo hábil.

IX) Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021.

X) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

10. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

I) As disposições contidas no presente termo de referência, na proposta da contratada e na Nota de Empenho, terão valor de contrato, constituindo direitos e obrigações tanto para a Contratada quanto para o Contratante.

II) Por ocasião da emissão da nota de empenho, será verificada a regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da empresa, por meio de consulta "on line" ao sistema dos órgãos competentes. O resultado destes procedimentos será impresso e juntado ao processo de liquidação.

11. DA VIGÊNCIA

I) Por se tratar de contrato relativo ao fornecimento de Materiais de Limpeza e Higiene terá vigência de 12 meses, podendo ser rescindido antecipadamente a interesse da Administração.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I) Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, e de acordo com a Resolução Nº 37/2023, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

II) Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021 e Resolução interna da Câmara Municipal de Três Corações/MG, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

III) Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021 (der causa à inexecução parcial do contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) multa de 1 % (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, em caso do cometimento das infrações tipificadas no incisos IV, VII, X, XI e XII, do art.155 da Lei 14.133/2021;

c) multa de mora de 5 % (cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, IX da Lei 14.133/2022, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;

d) multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato);

e) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos I, II, III, , IV, V e VI, da Lei 14.133/2021 , quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

ANEXO II

Processo 035/2024

Dispensa Eletrônica 003/2024

Tipo: Menor Valor Global.

(MODELO)

Formulário Padronizado de Proposta de Preços

Prezados Senhores,

Após analisarmos o Aviso de Contratação Direta e demais anexos e termos pleno conhecimento de seus conteúdos, propomos executar, sob nossa responsabilidade, a prestação do fornecimento abaixo relacionado:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA MODELO	MARCA	QUANT	UNID	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01						
02						
03						
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$	

Validade da Proposta: 60 dias

Declaramos, sob as penas da Lei e em cumprimento ao disposto no art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que os preços acima incluem todos os custos e despesas legais que possam incidir sobre os produtos cotados.

✓ **Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, dos direitos**



Câmara Municipal de Três Corações
"Terra do Rei Pelé"

trabalhistas, seguros, despesas com envio ou frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto constante no edital e anexos do processo licitatório na modalidade Pregão.

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

EMAIL:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME:

CPF:

ENDEREÇO:

ESTADO CIVIL:

NACIONALIDADE:

PROFISSÃO:

Local e data

Assinatura do Representante
Carimbo ou número do CNPJ

ANEXO III

Processo 035/2024
Dispensa Eletrônica 003/2024
Tipo: Menor Valor Global.

(MODELO)
TERMO/CONTRATO

1 . DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO III DO ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige) (Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), que não está sujeita à retenção, na fonte, do IRPJ, da CSLL, da COFINS e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, por se enquadrar em uma das situações abaixo: I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

- () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.
- () Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no artigo 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), instituído pela



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. () Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no artigo 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

2. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no artigo 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do artigo 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do artigo 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do artigo 32 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que:

a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Local e data

Assinatura do Responsável

2. DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELA PESSOA JURÍDICA CONSTANTE DO INCISO IV DO ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 1.234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige) (Nome da entidade), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter, a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

a) é entidade sem fins lucrativos;

b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;

c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;

d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;

e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no artigo 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (artigo 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (artigo 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

ANEXO IV

Processo 035/2024
Dispensa Eletrônica 003/2024
Tipo: Menor Valor Global.

(MODELO)

DECLARAÇÃO de Micro Empresa, Empresa de Pequeno Porte ou MEI

Nome da empresa: _____ CNPJ: _____

Endereço completo: _____

Nome do Representante Legal: _____

RG ou CPF: _____, Profissão: _____

DECLARA, sob as penas da lei penal e civil, que a ora declarante está classificada como **Microempresa–ME, Empresa de Pequeno Porte–EPP ou Microempreendedor Individual–MEI**, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada nas condições de Microempresa–ME, Empresa de Pequeno Porte–EPP ou Microempreendedor Individual–MEI, nos termos da lei.



Câmara Municipal de Três Corações
"Terra do Rei Pelé"

Local e data

Assinatura do Representante
Carimbo ou número do CNPJ

ANEXO V

Processo 035/2024
Dispensa Eletrônica 003/2024
Tipo: Menor Valor Global.

(MODELO)

**DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DO
ART 178 DA LOM, ART 9º, § 1º E ART 14 DA LEI 14.133/21**

Empresa: _____ CNPJ: _____.____.____/____-____

Representante Legal: _____

RG: _____, CPF: _____, **DECLARA**, SOB AS PENAS da Lei, que não se enquadra nas vedações do **Art. 178 (¹)** da Lei Orgânica Municipal, assim como não se enquadra nas vedações do **art. 9º, § 1º (²)** e do **art. 14, III, IV e VI (³)** da Lei 14.133/21.

Local e data.

Assinatura do Representante

Carimbo ou número do CNPJ/MF

(¹) **Art. 178, LOM**- O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após findas as respectivas funções.

(²) **Art. 9º, § 1º, LEI 14.133/21**- É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

§1º- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

(^º) Art. 14, LEI 14.133/21- Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- III- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- IV- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- VI- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

ANEXO VI

Processo 035/2024
Dispensa Eletrônica 003/2024
Tipo: Menor Valor Global.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº X/2024

PROCESSO	035/2024
DISPENSA ELETRÔNICA	003/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES (CMTC/MG), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 25.641.200/0001-54, com sede administrativa na Av. Ailton Paranaíba Vilela, 1010, bairro Jardim Santa Tereza, CEP 37 414-000, através de seu Presidente, Vereador José Maria de Lacerda, inscrito no CPF sob o nº M5.057.166, SSP/MG, e do CPF nº 589.876.656-15, doravante denominado **GERENCIADOR**, nos termos ao disposto nos artigos 82 a 89 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na Resolução nº 38/2023, face ao resultado Autorizado no **Processo Licitatório nº ___/2024 - Dispensa Eletrônica nº ___/2024**, resolve registrar os preços e formalizar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, para futuras e eventuais aquisições com a(s) empresa(s) doravante denominada(s) DETENTORA(S) DA ATA, consoante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisições futuras e eventuais de _____, conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Aviso de Contratação Direta ___/2024) e da proposta da DETENTORA DA ATA, destinados a suprir as necessidades básicas do órgão GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão GERENCIADOR a firmar contratações com a(s) DETENTORA(S) DA ATA ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2. DO PREÇO



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

2.1. A(S) DETENTORA(S) DA ATA se compromete(m) a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, situada na RUA/Av./Lograd. XXXXXXXXXXXXXXXX, Nº - Bairro: , Cidade-Estado com o valor total de R\$ _____ (xxxxxxxxxxxxxx),

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA MODELO	MARCA	QUANT	UNID	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01						
02						
03						
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$	

2.2. Os preços registrados incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, dos direitos trabalhistas, seguros, despesas com envio ou frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto inclusive todos os custos e despesas legais que possam incidir sobre os produtos cotados em cumprimento ao disposto no art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados , não se aplicando esta vedação aos contratos dela decorrentes, ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência será de 1 (um) ano, contado da data da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado, por igual período, se houver saldo disponível, nos termos do art. 84 da lei 14.133/21.

3.2. A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

4. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

4.1. O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata, exceto quando se tratar de situação de revisão, somente poderá ser alterado nos casos de prorrogação da ata de registro de preços, ocasião em que haverá o REAJUSTE com base no IPCA acumulado.

5. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E LIBERAÇÃO DO COMPROMISSO DA ATA

5.1. As alterações de preços registrados nesta Ata obedecerão às seguintes regras:

I- o(s) preço(s) registrado(s) na ata não poderá(m) ultrapassar o(s) praticado(s) no mercado;
II- o órgão ou a entidade gerenciadora poderá conceder aumento do(s) preço(s) registrado(s) na ata, mediante pedido fundamentado do detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

- manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o(s) preço(s) ofertado(s) pelo(s) licitante(s) e o(s) preço(s) de mercado;
- considerar o valor solicitado pelo detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;
- podará deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor.

5.1.1. A exceção à regra prevista na alínea "a" do inciso II deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

5.1.2. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga o detentor do compromisso assumido nem o exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

5.1.3. O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao(s) registrado(s).

5.1.4. O(s) preço(s) registrado(s) poderá(m) ser revisto(s) de ofício pelo órgão ou pela entidade gerenciadora em decorrência de eventual redução do(s) valor(es) praticado(s) no mercado, ou de fato que eleve o(s) custo(s) do (s) item(ns) registrado(s).

5.1.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

5.2. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

6. DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Aviso e Termo de Referência, em seus anexos e nesta Ata.

6.2. As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato OU retirada da ordem de fornecimento.

6.3. A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato ou retirada da ordem de fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

6.4. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.

6.5. O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades.

6.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da DETENTORA DA ATA perante o Portal Nacional de Contratações Públicas (quando a funcionalidade estiver apta), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

6.6.1. Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a DETENTORA DA ATA será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.

6.7. Nas hipóteses do item 6.5 e 6.6, o GERENCIADOR poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

7. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

7.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

7.1.1. Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;

7.1.2. Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema e no Portal Nacional de Contratações Públicas;

7.1.3. Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;

7.1.4. Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;

7.1.5. Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

7.1.6. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;

7.1.7. Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. A DETENTORA DA ATA obriga-se a:

8.1.1. Do Prazo de Entrega:

a) O prazo para entrega do fornecimento do(s) item(ns) registrado(s) nesta Ata deverá estar em acordo com o especificado no Termo de Referência (Anexo I do Aviso de Contratação Direta).

8.1.2. Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.3. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;

8.1.4. Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Ata de Registro de Preços no prazo assinalado.

8.1.5. Prestar as informações solicitadas pelo GERENCIADOR, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.

8.1.6. Designar preposto para representá-la perante o GERENCIADOR, sempre que for necessário.

9. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

9.1. Não serão permitidas adesões à Ata de Registro de Preços para órgãos não participantes ("caronas").

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:

10.1.1. Descumprir as condições nela previstas;

10.1.2. Não assinar contrato ou instrumento equivalente, cumprir com nota de empenho ou autorização de fornecimento no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



Câmara Municipal de Três Corações

"Terra do Rei Pelé"

- 10.1.4. Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
- 10.1.5. Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Três Corações/MG, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.
- 10.2. A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.
- 10.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços.
- 10.4. A Ata de Registro de Preços será cancelada automaticamente quando:
- a) decorrido o prazo de vigência;
 - b) não restarem mais saldo do(s) item(ns) registrado(s);

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações e sanções correspondentes para esta Ata de Registro de Preços encontra-se especificadas no Termo de Referência (Anexo I do Aviso de Contratação Direta) de acordo com a Resolução nº 37/2023.

12. DA PUBLICAÇÃO

12.1. Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no site oficial do órgão como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

Câmara Municipal de Três Corações/MG, ____ de ____ de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES

José Maria de Lacerda
Presidente

EMPRESA

RESPONSÁVEL
CARGO

Testemunhas:

NOME
CPF nº

NOME
CPF nº